

Transferências de Renda para o Desenvolvimento Humano a Longo Prazo

por Armando Barrientos, Professor e pesquisador-diretor do Brooks World Poverty Institute, Universidade de Manchester

Com a notável expansão dos programas de transferência de renda no combate à pobreza em países em desenvolvimento na última década, os programas de transferência de renda para o desenvolvimento humano, popularmente conhecidos como transferências condicionadas de renda, vêm desempenhando um papel notável. Sua característica principal combina as transferências de renda às famílias pobres com medidas para facilitar o investimento no desenvolvimento humano, especialmente para as crianças. Desde suas origens humildes, no México e no Brasil, como intervenções para dar resposta a crises, os programas evoluíram e tornaram-se instituições líderes nas estratégias nacionais de combate à pobreza. Atualmente, tais programas já existem em países da África, do Oriente Médio e da Ásia. O décimo aniversário do Programa Bolsa Família (PBF) representa uma oportunidade de se avaliar seu papel no futuro.

O debate atual sobre a agenda de desenvolvimento internacional pós-2015 ajuda a identificar alguns dos parâmetros de como o PBF atuará no futuro. As tendências globais da pobreza extrema sugerem que o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade a proporção da população mundial vivendo com menos USD1/dia será alcançado em 2015. A projeção destas tendências para o futuro sugere que é possível atingir o alvo de pobreza zero até 2030. Não será fácil sustentar as tendências de redução da pobreza no futuro. Será necessário um índice de crescimento econômico elevado e sustentado, bem como políticas sociais eficazes e capazes de garantir a justa distribuição das oportunidades e benefícios gerados pelo crescimento.

A meta de “pobreza extrema zero” está ao alcance dos países de renda média, na América Latina e também em outros locais. No entanto, sustentar a pobreza zero será um desafio. Será tão desafiador quanto os esforços para fazer o índice de pobreza chegar a zero – se não mais. O principal desafio para os países de renda média é conferir às suas instituições sociais emergentes a capacidade de realizar a transição de um foco primário na redução da pobreza (extrema) para um foco na sustentação da erradicação da pobreza. A manutenção da pobreza em nível zero ou perto de zero requer instituições sociais fortes, inovadoras e dinâmicas, além de crescimento econômico e da prestação de serviços básicos de qualidade.

No contexto dos programas de transferência de renda para o desenvolvimento humano da região, este fato requer a administração de duas progressões principais e satisfação de uma condição. Primeiro, é necessária uma progressão – de programas emblemáticos, destinados a reduzir a pobreza ao zero, para instituições estáveis e permanentes, capazes de sustentar a pobreza zero. Segundo, requer, também, uma mudança de perspectiva, com maior ênfase no papel da assistência social de garantir o desenvolvimento humano e as oportunidades como meios de levar a inclusão social e econômica aos grupos desfavorecidos. A condição dessas duas progressões é a presença de efeitos positivos advindos da retroalimentação (*feedback*) entre políticas, capaz de sustentar o apoio político à assistência social.

A evolução do Bolsa Família durante a primeira década oferece importantes lições para outros países sobre estas duas transições. A crescente institucionalização do PBF e da assistência social de forma mais ampla, incluindo a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Fome Zero, em 2004, indica o caminho a ser seguido, em direção a instituições estáveis, permanentes e capazes de sustentar a pobreza zero. Os debates sobre o papel da assistência social, inclusive o Bolsa Família, identificam as opções que existem à frente, em termos da ampliação da inclusão social e econômica no Brasil. Os programas de transferência de renda para o desenvolvimento humano têm um futuro promissor no cerne das instituições sociais emergentes do Sul.

Referência:

BARRIENTOS, A. "Human Development Income Transfers in the Longer Term", *IPC-IG Working Paper* n. 116, Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013.